



# Governo dos Corpos e Escola Contemporânea: pedagogia do *fitness*

Maria Rita de Assis César  
André Duarte

**RESUMO – Governo dos Corpos e Escola Contemporânea: Pedagogia do *Fitness*.**

O artigo investiga o novo papel da instituição escolar à luz dos conceitos foucaultianos de biopolítica e de governamentalidade e da noção deleuziana de sociedade de controle. Analisamos a escola moderna como instituição disciplinar privilegiada e discutimos sua crise contemporânea, recorrendo à noção de pedagogia do controle, com a qual avaliamos as recentes reformas educacionais que começaram a redefinir o papel da escola no presente. Finalmente, abordamos o fenômeno recentíssimo da pedagogia do *fitness*, noção com a qual procuramos pensar a importância da escola na aplicação das políticas públicas, as quais visam a produzir um corpo magro e saudável no contexto do combate à obesidade infantil.

Palavras-chave: **Biopolítica. Governamentalidade. Controle. Corpo. Educação.**

**ABSTRACT – Body Government and Contemporary School: *Fitness*' Pedagogy.**

The article investigates the school's contemporary new role under the light of Foucaultian concepts such as biopolitics and governmentality, and the Deleuzian notion of control society. We analyze modern school as a privileged disciplinary institution and its contemporary crisis is focalized by the notion of control pedagogy, with which we evaluate recent educational reforms that have started shaping the school's new role in the present. Finally, we approach a very recent phenomenon that we title as 'fitness pedagogy', in order to enlighten the school's new role in the application of public policies which aim at producing a thin and healthy body in the context of fighting infantile obesity.

Keywords: **Biopolitics. Governmentality. Control. Body. Education.**

## Biopolítica e Governo em Michel Foucault: mapeamento do percurso genealógico

Em obras essenciais como *Vigiar e Punir* (1984a) e *História da Sexualidade I. A vontade de saber* (1984b), Michel Foucault demonstrou como a idéia de corpo organismo tornou-se o foco para a aplicação dos dispositivos disciplinares sobre os corpos individuais, a partir do século XVII, e como o aparecimento da noção de corpo-espécie, a partir da segunda metade do século XVIII, tornou-se a referência decisiva para a produção de formas variadas de controle da população. Em outras palavras, no curso do desenvolvimento de sua reflexão genealógica sobre o exercício das relações de poder nas instituições modernas, Foucault acrescentou às discussões desenvolvidas em torno do conceito de anátomo-política do corpo disciplinado individualmente, as análises centradas em torno do conceito de biopolítica das populações, entendido como gestão estatal do corpo e da vida da espécie humana.

A partir do momento em que passou à investigação dos dispositivos de produção da sexualidade, Foucault percebeu que o sexo e, portanto, a própria vida, haviam se tornado alvos privilegiados da atuação de um conjunto de poderes normalizadores que já não tratavam simplesmente de reger comportamentos individuais ou individualizados, mas que pretendiam normalizar a própria conduta da espécie, bem como reger, manipular, incentivar e observar fenômenos populacionais como as taxas de natalidade e de mortalidade, as condições sanitárias das grandes cidades, o fluxo das infecções e das contaminações, a duração e as condições da vida, etc. A partir do século XIX, já não importava mais apenas disciplinar as condutas, pois também era preciso implantar um gerenciamento planejado da vida das populações. Assim, o que se produziu por meio da atuação específica do biopoder não foi mais apenas o indivíduo dócil e útil, mas a própria gestão calculada da vida do corpo social. A partir dessa mutação analítica, as figuras do Estado e do poder soberano, que Foucault pusera anteriormente entre parênteses, a fim de compreender o *modus operandi* dos micropoderes disciplinares, tornaram-se então decisivas, pois constituíam a instância focal de gestão das políticas públicas relativas à vida da população.

Após ter analisado as formas de exercício do biopoder estatal sobre a população em suas formas mais extremas, ao longo dos séculos XIX e XX, culminando na discussão do nazismo e do stalinismo no curso *Em defesa da sociedade*, de 1975-1976 (1999), a pesquisa de Foucault uma vez mais sofreu interessantes deslocamentos. A partir do curso de 1977-78, *Segurança, Território, População* (2004a), o autor deteve-se mais especificamente na análise das diferentes formas de controle e de gestão da população no contexto do mercantilismo e do liberalismo econômico clássico. Foucault discutiu aquela questão no âmbito da articulação entre Estado moderno, economia política e dispositivos de seguridade, a partir da introdução dos novos conceitos de *governamento* e de

*governamentalidade*<sup>1</sup>. Com o auxílio de tais conceitos, Foucault procurou compreender como se deu a “formação de uma *governamentalidade* política: ou seja, a maneira como a conduta de um conjunto de indivíduos esteve implicada, de modo cada vez mais marcado, no exercício do poder soberano” (Foucault, 1994, p. 720)<sup>2</sup>. Ao criar o neologismo da governamentalidade como instrumento heurístico para a investigação da racionalidade das práticas de controle, de vigilância e de intervenção governamental sobre os fenômenos populacionais, Foucault entendeu a população como novo “sujeito político, como novo sujeito coletivo absolutamente alheio ao pensamento jurídico e político dos séculos prévios” (Foucault, 2004a, p. 44).

Em síntese, Foucault agora relacionava a mutação na forma do exercício do poder estatal sobre os fenômenos de população, iniciada a partir do século XVIII e analisada anteriormente no volume I da *História da Sexualidade*, com a descoberta das técnicas de *governo* estatal orientadas pelo princípio liberal do *laissez-faire*. No cômputo geral do projeto genealógico, a introdução da noção de técnicas de *governo* teve o mérito de enriquecer a compreensão foucaultiana do exercício do poder, visto que agora já não era mais possível compreender o fenômeno do poder soberano apenas segundo o regime da interdição legal. Em outros termos, Foucault agora reconhecia a importância de situar o liberalismo, entendido como técnica de *governo*, “no interior das mutações e transformações das tecnologias de poder”, compreendendo que “a liberdade não é outra coisa que o correlato da atuação dos dispositivos de seguridade” versando sobre a circulação das pessoas e das coisas (Foucault, 2004a, p.50).

Finalmente, em *Nascimento da biopolítica* (2004b), curso proferido no *Collège de France* em 1979, Foucault discutiria as formas e as técnicas neoliberais de exercício do poder estatal do segundo pós-guerra. Nesse curso, o autor propunha algumas análises das práticas governamentais dos anos 1970, ao mesmo tempo em que antecipava seus possíveis desdobramentos e consequências no futuro próximo, ao centrar a atenção nos conceitos de “capital humano”, de “sociedade empresarial” e de mercado competitivo, tal como formulados pela Escola de Chicago, assumindo-os como as novas instâncias normativas da padronização, da *veridicção* e da gestão dos comportamentos da população. Sobretudo a partir do conceito neoliberal de capital humano, a anterior figura moderna do sujeito sujeitado por meio das práticas institucionais disciplinares acabou por dar lugar, no pensamento de Foucault, a um novo produto subjetivo, aquele oriundo dos comportamentos, das práticas e dos discursos do sujeito que responde às exigências e às demandas variadas do mercado econômico.

Sob o impacto do neoliberalismo norte-americano do segundo pós-guerra, o homem passou a ser compreendido e determinado como *homo oeconomicus*, isto é, como agente econômico que responde aos estímulos de concorrência do mercado. Foucault demonstra que, no âmbito do neoliberalismo, o mercado sobrepõe-se à velha ficção jusnaturalista segundo a qual o certo e o errado, o

permitido e o proibido, definir-se-iam a partir da constituição da maquinaria jurídico-política que, na filosofia política moderna, culmina na instituição do poder soberano. Em vista disso, Foucault dirigiu seu interesse para a análise das formas flexíveis e sutis de controle e de *governamento* das populações e dos indivíduos, tal como elas se exercem por meio das regras neoliberais da economia de mercado. O novo axioma biopolítico vigente nas sociedades neoliberais já não se encontra mais exclusivamente na dependência dos incentivos e das ações discricionárias do poder soberano que faz viver e deixa morrer certas parcelas da população, tal como o autor descrevera os mecanismos da biopolítica em trabalhos anteriores. Para a biopolítica neoliberal, por outro lado, “É preciso governar para o mercado, em vez de governar por causa do mercado” (Foucault, 2004b, p. 125).

No centro da consideração foucaultiana sobre a governamentalidade biopolítica neoliberal encontra-se a articulação da concepção do homem como *homo oeconomicus*, isto é, como agente que responde à lógica econômica da concorrência de mercado, com a chamada teoria do “capital humano”, para a qual o agente econômico não é apenas um empreendedor no mercado de trocas, mas sim um “empreendedor de si mesmo”, pois toma-se a si mesmo como seu próprio produtor de rendimentos e capital (Foucault, 2004b, p. 232). Já no final da década de 1970, Foucault compreendia que havíamos nos transformado em agentes econômicos que precisam valorizar e amplificar continuamente nossas capacidades e nossas habilidades profissionais, a fim de nos tornarmos competitivos no mercado de trabalho da sociedade empresarial. Foucault descobrira que a determinação do padrão comportamental dos indivíduos e da população já não dependia mais apenas da atuação governamental empreendida pelo Estado, pois o próprio mercado de concorrência também se encarrega perfeitamente dessa tarefa, atuando de maneira descentralizada e bastante eficaz como instância privilegiada de produção de subjetividades e de verdades. No curso *Em defesa da sociedade* e no volume I da *História da sexualidade*, Foucault considerou a biopolítica a partir da capacidade de ação do poder estatal, visando a incentivar a vida e aniquilar suas partes consideradas perigosas por meio de políticas públicas dirigidas. Agora, em *Nascimento da biopolítica*, ele centrava a atenção na caracterização dos sutis processos de *governamento* econômico da população. A partir do momento em que as populações submetem sua conduta e seus comportamentos cotidianos aos princípios do autoempreendedorismo da teoria do capital humano, elas se tornam presas voluntárias de processos de individuação e de subjetivação controlados flexivelmente pelo mercado. Em suma, Foucault centrou sua análise das tecnologias neoliberais de *governamento* a partir da discussão da seguinte questão: de que maneiras o mercado pode se tornar um instrumento de *governamento* da população, isto é, de que maneira o mercado econômico competitivo pode atuar de maneira a regular, a normalizar e a administrar a conduta da população, estabelecendo-se assim padrões de normalidade e de veridicção? Para Foucault, no coração da biopolítica

neoliberal trata-se de “generalizar, de difundir, de multiplicar, tanto quanto possível, as formas *empresa*, de maneira a fazer do “mercado, da concorrência e, por consequência, da empresa, aquilo que se poderia chamar de potência informante da sociedade.” (Foucault, 2004b, p. 154).

Se refletirmos a partir da discussão foucaultiana da noção neoliberal de “capital humano”, compreenderemos que o novo sujeito econômico ativo deverá produzir-se a si mesmo por meio das novas tecnologias informacionais, nutricionais, educativas e físicas, as quais deverão ampliar suas capacidades corporais e cognitivas no sentido de torná-lo um *empreendedor de si mesmo*. Esse novo sujeito será, dentre outros fatores, o resultado de investimentos educacionais na infância e na juventude, garantidos tanto por meio de intervenções estatais, visando ao governo da saúde e do corpo a partir da escola, quanto por meio das próprias respostas dos sujeitos aos estímulos e às demandas do mercado de concorrência. De todo modo, o objetivo das novas formas de *governo* dos corpos e das almas – sejam elas ativadas por meio de políticas públicas estatais ou por meio das demandas flexíveis e descentradas do mercado econômico, sem deixar de mencionar que muitas vezes tais estratégias de atuação apresentam-se de maneira combinada – é a aquisição de competências adequadas ao mercado neoliberal, às quais se associam exigências de prolongamento da saúde, da juventude e da beleza dos corpos produtivos. Segundo a perspectiva neoliberal do autoempreendedorismo contemporâneo, a saúde e a educação escolarizada devem se reorganizar com o objetivo de produzir o *capital humano* dotado de um belo corpo, excelente saúde juvenil e habilidades informacionais e cognitivas extraordinárias<sup>3</sup>.

Como pretendemos argumentar a seguir, tais conceitos oferecem importantes instrumentos, a partir dos quais podemos pensar o novo papel biopolítico que a escola pós-disciplinar começa a assumir no mundo contemporâneo. Tanto quanto a escola disciplinar, agora em crise aguda, também a escola contemporânea toma o corpo e a vida das crianças como matéria farta para intervenções operacionalizadas, a partir das novas figuras do *governo* biopolítico neoliberal, dentre as quais destacaremos as recentes reformas educacionais que instauraram a pedagogia do controle e os programas alimentares centrados nas *pedagogias do fitness*, aspectos decisivos para a compreensão dos novos papéis assumidos pela instituição escolar no mundo contemporâneo<sup>4</sup>.

## **A escola disciplinar e as figuras do *governo* escolar**

Entendida como um processo de institucionalização social, a modernidade trouxe consigo um conjunto de procedimentos discursivos e institucionais sobre a educação, visando à produção de um determinado corpo. Para Michel Foucault, a instituição escolar constituiu o paradigma moderno da disciplinarização e do governo dos corpos, pois foi o lugar privilegiado das

medidas higiênicas e alimentares destinadas a garantir a saúde física e moral de jovens e crianças. Ao longo dos séculos XIX e XX, período em que se observou o processo de universalização da instituição escolar, a história da educação inspirada nas reflexões de Foucault demonstra a configuração dos processos de intervenção disciplinar e governamental, tanto no corpo e na alma das crianças tomadas como indivíduos, como no corpo da população infantil, desenhando e produzindo grandes aparelhos de *governamento* dessa população específica. Assim nasceu e se perpetuou a instituição escolar na modernidade, isto é, como uma grande máquina de *governamento* das crianças, produzindo práticas e saberes sobre a infância.

Enquanto instituição disciplinar, a escola constituiu-se como local privilegiado da realização exaustiva dos exercícios, dos exames, das punições e das recompensas centradas no corpo infantil. Seguindo um viés foucaultiano, ao analisar o papel da escola na modernidade e seus limites contemporâneos, Alfredo Veiga-Neto demonstrou que as reflexões de Immanuel Kant sobre a pedagogia instauraram os marcos discursivos fundadores daquilo que se poderia chamar de uma história genealógica da instituição escolar (Veiga-Neto, 2000, p.09). No ano de 1776, em suas aulas sobre a pedagogia na Universidade de Königsberg, Kant tornou-se um dos principais responsáveis pela criação do discurso pedagógico moderno ao assumir a escola como lugar por excelência da disciplinarização do corpo da criança. Quando interrogado sobre a função da escola, Kant responde: “Envia-se em primeiro lugar as crianças para a escola não com a intenção de que elas lá aprendam algo, mas com o fim de que elas se habituem a permanecerem tranquilamente sentadas e a observar pontualmente o que se lhes ordena” (Kant, 1996 apud Veiga-Neto, 2000). No projeto kantiano de instituição escolar, chamado pela historiografia escolar de “escola prussiana” (Dussel; Caruso 2003, p. 110), coube ao Estado a tarefa de organizar e de regular os sistemas de ensino, estabelecendo a relação entre governo e educação da infância (Pineau, 2005, p.40).

Paulatinamente, a partir do final do século XVIII, os recentes Estados nacionais europeus começaram a demonstrar interesse na educação das crianças, visto que, até então, a educação primária se dera preferencialmente em obras filantrópicas e de caridade, de caráter privado. As leis de obrigatoriedade escolar na Europa das últimas décadas do século XVIII e primeiras do XIX tinham como objetivo capturar as crianças das ruas e colocá-las em um ambiente fechado, aplicando-lhes exercícios disciplinares que visavam a governar seus corpos e suas almas. Na França, a lei de obrigatoriedade escolar de 1882 estabeleceu um sistema nacional de educação primária por meio de uma ação de governo, que organizou uma rede da qual nenhuma criança poderia escapar. A contrapartida dessa ação foi a imediata definição das crianças que escapavam à rede como potenciais causadoras da desordem social. Segundo Anne Querrien: “Aquele que escapa é um causador de desordens em potencial, um delinquente, já que o termo delinquente em sua origem serve para

designar a criança que não assiste à escola e que não a frequenta com regularidade” (Querrien, 1994, p.42). Assim se estabelecia por completo a configuração da escola primária como a forma de captura e de governo da infância, a qual, por sua vez, se repartia em infância normal e anormal, na justa medida em que os corpos e as almas das crianças eram capturados e governados no interior das redes de escolarização ou delas escapavam. A educação, ao se transformar em uma forma de razão de Estado, acabou por configurar o Estado como um ente educador. A educação que se produziu como razão de Estado, isto é, enquanto ação de *governamento*, se deu por meio do controle arquitetônico das edificações escolares; do disciplinamento dos saberes e pelo desenho dos currículos; além da profissionalização da docência (Narodowski, 2006; Varela, 1994; Escolano, 1998).

No Brasil, mesmo que desde as últimas décadas do século XIX houvesse uma organização do ensino nos Estados e regiões, foi somente na década de 1930, durante o Governo Provisório, que se estabeleceu um sistema nacional de educação, ainda que incipiente (Cesar, 2004, p. 76). Na constituição de 1934, o Estado brasileiro foi nomeado responsável pela educação da população brasileira. Com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1930, estabeleceu-se de imediato a conjugação naturalizada entre educação e saúde pública, a exemplo de outros Estados nacionais europeus<sup>5</sup>. Na configuração da instituição educacional moderna, conjugaram-se a tarefa da instrução e as medidas higiênicas e alimentares visando à saúde física e moral, formando-se uma verdadeira cruzada sobre os corpos infantis.

A aliança entre Estado, pedagogia e medicina colocou todos os aspectos da vida das crianças em evidência no interior da escola, e suas mínimas manifestações foram cuidadosamente escrutinadas: além das aulas, as brincadeiras de pátio, a merenda, as vacinas, os exercícios físicos, a higiene corporal, tudo foi tomado como campo de intervenção e de produção de verdades sobre a infância, formando-se um sistema disciplinar, no qual os exames corporais compuseram medidas centrais no processo de educação escolarizada. No interior de uma instituição escolar determinada pela naturalização do elo entre Estado, pedagogia e medicina, jamais fizeram sentido quaisquer perguntas ou desconfianças sobre a razão das campanhas de vacinação e as revistas relativas ao asseio do corpo, conjugadas à alfabetização e ao ensino de matemática, para não mencionar as práticas de educação cívica como as marchas, hinos e juramentos à bandeira nacional. A higiene e a saúde destinavam-se à construção de uma população saudável; o civismo, à formação de uma população amante dos valores nacionais; ao passo que o letramento destinava-se à produção de uma população de trabalhadores esclarecidos. Assim se configuraram os valores absolutos de todos os projetos nacionais de educação, os quais tomaram a infância como objeto de suas práticas de conformação de uma população adulta viável, previamente preparada para as formas de *governamento* centradas na gestão do trabalho, da família, e da saúde.

## **As novas modalidades do *governo* na escola (I): a pedagogia do controle**

Quando se acena para o fim dos sujeitos escolares, para o fim da infância (Narodowski, 1999) ou para a morte da adolescência (Cesar, 2008) no contexto da reflexão sobre a escola contemporânea, aquilo que se pretende argumentar é, sobretudo, que as práticas e os discursos, que constituíram tais sujeitos no âmbito dos processos de escolarização da modernidade, deixaram não apenas de produzir significados, mas também de produzir os próprios sujeitos. Nessa perspectiva, perguntar sobre o sentido da instituição escolar na contemporaneidade, ou, em outros termos, perguntar se “as crianças ainda devem ir à escola” (Veiga-Neto, 2000), é parte constitutiva da investigação que detecta a crise contemporânea da constituição dos sujeitos a partir dos discursos e práticas normalizadores, configurados pelos dispositivos modernos.

O próprio Michel Foucault demonstrou que os limites históricos da sociedade disciplinar estavam demarcados já nos últimos anos da década de 1970, o que também se deixava perceber com os deslocamentos teóricos proporcionados pelos seus conceitos de biopolítica e de governamentalidade, os quais apontavam as transformações pelas quais o Estado começava a passar. Seguindo as pegadas de Michel Foucault, Gilles Deleuze (1996) compreendeu a crise da sociedade disciplinar como uma crise dos modos de confinamento, tais como a prisão, o hospital, a fábrica, a escola e a família. Para Deleuze, os confinamentos da disciplina eram moldes produtores de subjetividades, ao passo em que os novos controles são uma “modulação”, isto é, uma moldagem que pode ser transformada continuamente, produzindo a situação da subjetividade flexível como chave do controle (Deleuze 1996, p. 221). As antigas instituições, como a fábrica, o hospital, a prisão e a escola transformaram-se em empresas, modificando a gramática que havia sido produzida pela velha sintaxe disciplinar. No que respeita ao regime das escolas, Deleuze afirma que as sociedades de controle se caracterizam pelas “formas de controle contínuo, avaliação contínua e a ação da formação permanente sobre a escola, o abandono correspondente de qualquer pesquisa na universidade, a introdução da empresa em todos os níveis de escolaridade” (Deleuze, 1996, p. 225). Se na sociedade disciplinar o corpo e a vida haviam sido matéria farta para o exercício da disciplina, do governo e do biopoder, na sociedade de controle observa-se uma intensificação dos controles sobre o corpo e sobre os processos de subjetivação, tomados agora como substratos de novas ações governamentais. A conjugação da noção deleuziana de sociedade de controle com as noções foucaultianas de biopolítica e *governo* nos ajuda a compreender os deslocamentos contemporâneos operados nas moribundas instituições modernas, sobretudo na escola contemporânea.

Observam-se, na instituição escolar contemporânea, uma série de evidências dessas transformações em relação à docência ou à profissionalização dos professores, tais como a substituição da formação básica pela idéia de forma-



ção permanente ou formação continuada; o ensino à distância, que irá dispensar a arquitetura escolar, tão fundamental nos processos de disciplinarização; além da ideia dos ciclos de aprendizagem, que irão subverter, ao menos em parte, a realização dos exames. Além dessas novas práticas em relação aos novos sujeitos escolares, observa-se também uma intervenção direta nos currículos e na distribuição dos saberes no interior da instituição educacional com a introdução de novos assuntos e temas, os quais não são mais distribuídos de maneira disciplinar, mas sim de maneira transversal, no desenho curricular. No Brasil, essa transformação materializou-se nos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCN) do final dos anos de 1990. Temas como cidadania, ética e desigualdades sociais e de gênero, saúde e meio ambiente apareceram como preocupações centrais, as quais devem atravessar as disciplinas tradicionalmente constituídas nas grades curriculares. À época de sua elaboração, e logo após a sua publicação, as críticas centraram-se na ideia de um currículo nacional, em desacordo com as abordagens multiculturais, e em torno da própria ideia de transversalidade dos temas.

Embora o debate em torno dos PCNs, na década de 1990, tenha constituído um território fértil para a reflexão educacional brasileira, até hoje pouco se entendeu qual é o papel desse material amplamente divulgado entre professores e professoras do ensino básico. Os *Parâmetros Curriculares Nacionais*, em conjunto com as novas formas de organização ou gerenciamento do ensino brasileiro, como a *Lei de Diretrizes e Bases* de 1996, o *Programa de Avaliação do Livro Didático*, entre outros programas e leis promulgados naquele período, delinearão novos sentidos para a educação: saímos da escola disciplinar e entrávamos no universo da pedagogia do controle (Cesar, 2004). A introdução desse novo conjunto de discursos, de práticas e de saberes configurou novas formas de *governamento* da infância e da juventude. Com a introdução da nova pedagogia do controle, os discursos escolares e não-escolares tornaram-se idênticos e assumiram uma mesma função, que pode ser compreendida em termos da produção do novo sujeito moral, o sujeito flexível, tolerante e supostamente autônomo, requerido pelas novas modulações do controle que gravitam entre o Estado e o mercado neoliberal. Tais considerações permitem associar o conceito deleuziano de controle às formulações foucaultianas sobre a biopolítica em sua vertente neoliberal, propostas em *Nascimento da biopolítica*.

Ao analisar o novo liberalismo econômico, Michel Foucault encontrou-se com a formulação de um novo sujeito econômico ativo, o qual se distingue do sujeito sujeitado da sociedade disciplinar na medida em que deve produzir-se e governar-se a si mesmo. Nesse processo, tornam-se decisivas as novas tecnologias informacionais, nutricionais, educativas e físicas, as quais visam a ampliar suas capacidades corporais e cognitivas de maneira a tornar tal sujeito um “empregador de si mesmo” (Foucault, 2004b, p.232).

A partir de agora, o processo educacional não mais representará uma lenta, detalhada e exaustiva jornada disciplinar, na qual cada detalhe é corrigido ao mesmo tempo em que se produzem as hierarquias e exclusões. Ao contrário, a

educação deverá ser tomada como empreendimento cuidadosamente analisado pelo Estado, pelas famílias e pelo próprio sujeito. O novo *homo oeconomicus* será o resultado de investimentos familiares e educacionais na infância e na juventude, assim como também será o resultado de intervenções governamentais no campo da saúde e do corpo, as quais determinarão, além da aquisição de novas competências necessárias para os novos tipos de trabalho, também o prolongamento da saúde e da juventude desse novo corpo. Nessa perspectiva autoempreendedora, a saúde e o corpo, além da educação escolarizada e profissional, reorganizam-se com o objetivo de produzir o *capital humano* dotado de um belo corpo, excelente saúde juvenil e habilidades informacionais e cognitivas extraordinárias.

### **As novas modalidades do *governo* na escola (II): as *pedagogias do fitness***

No contexto das reformas educacionais da década de 1990, orientadas por conceitos oriundos do neoliberalismo econômico da Escola de Chicago, a boa forma e o corpo magro começaram a assumir um lugar decisivo na escola, ensejando a constituição das *pedagogias do fitness* no combate à obesidade infantil. As novas práticas de governo dos corpos infantis pressupõem a tomada de medidas, a realização de exercícios, a elaboração de novas merendas e, sobretudo, a difusão de um estilo de vida magro e saudável, tema central da nova pedagogia do corpo que agora invade a escola contemporânea e a toma como instrumento privilegiado de difusão. Nossa hipótese é que as novas *pedagogias do fitness* são o resultado de uma singular equação entre as técnicas de *governo* estatal, visando ao controle público da alimentação na instituição escolar, e às técnicas biopolíticas neoliberais orientados pelo mercado econômico, ambos tendo em vista a formação de futuros sujeitos autoempreendedores.

O governo dos corpos na contemporaneidade transformou-se em um processo massificado e, ao mesmo tempo, individualizado de gestão e de administração do corpo saudável, entendido aqui como o corpo magro, leve, ágil e flexível. Essa nova gestão da vida dá-se por meio da alimentação cientificamente balanceada, pela prática de exercícios físicos controlados, pelo controle do estresse e pelo estímulo da felicidade. A ideia do risco para a saúde e para o corpo torna-se central na contemporaneidade, conquistando contornos biopolíticos fundamentais (Ortega, 2008; Fraga, 2006). O corpo, que já era o suporte e o produto da matéria disciplinar, assume agora uma nova centralidade nas modulações biopolíticas de *governo* neoliberal. A produção da subjetividade agora é ocupada quase completamente pelo regramento das práticas alimentares e da vida ativa, pois alimentar-se adequadamente e colocar o corpo em movimento tornaram-se os elementos essenciais, tanto do ponto de vista

das ações de governo provenientes do Estado, como também daquelas oriundas das novas formas de autogoverno mediadas pelo mercado.

As práticas da alimentação saudável, como formas de produção subjetiva, dependem de um conjunto de normas moduladoras atribuídas ao sujeito tanto por meio de instituições, como a escola, quanto na ausência de tais instituições, isto é, por meio das demandas e das exigências do próprio mercado. A decisão entre ser magro ou ser gordo é uma decisão subjetiva e individual, mas o Estado se importa com ela e busca incentivar a assim chamada decisão correta, na medida em que prevê a deterioração da saúde da população e a consequente ampliação dos gastos com a saúde pública. Assim, a decisão individual assentada sobre o caráter, a força de vontade, a preguiça, a indolência e a incapacidade de resistir a uma comida repleta de gordura diz também a verdade do sujeito, sobre o qual agora intervêm políticas públicas e enunciados mercadológicos diversos. Francisco Ortega (2008), em sua recente análise sobre o corpo contemporâneo, definiu essa nova determinação biopolítica sobre o corpo magro e saudável em termos de uma bioascese.

A escola contemporânea não poderia passar à margem desses novos processos biopolíticos. No contexto da crise das instituições disciplinares e das recentes reformas nacionais que instauraram a pedagogia do controle, a instituição escolar tenta esboçar um novo sentido para si. Por certo, a escola contemporânea ainda é uma instituição disciplinar e nela encontramos velhos artefatos como currículos, grades curriculares, exames, boletins, carteiras enfileiradas e professores e professoras que clamam por mais disciplina nas aulas. Todavia, por outro lado, também se observa a entrada definitiva de novos temas e de problemas que passam a habitar e a colonizar definitivamente os velhos programas curriculares, tais como a ética, o consumo, o meio ambiente, a sexualidade, as relações étnico-raciais, as relações de gênero, a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e, mais recentemente, as questões alimentares voltadas para os projetos de combate à obesidade na escola. Nessa encruzilhada de abordagens e projetos educacionais distintos, a instituição escolar mantém sua vocação inicial de produzir corpos saudáveis. Afinal, a aliança entre saúde e educação sempre foi a marca da educação escolarizada, mesmo que, na contemporaneidade, tal aliança ganhe novos sentidos, visto que os processos de subjetivação e de sujeição já não são os mesmos de antes.

Especialmente na última década, a boa forma e o corpo magro começaram a tomar um lugar importante nas preocupações escolares. Ainda que a saúde nunca tenha deixado de ser um foco importante na escola, visto que as ações de medir e de pesar os corpos foram constitutivas das pedagogias higienistas no decorrer dos séculos XIX e XX (Soares, 2006, p. 82). Percebe-se agora um deslocamento mais incisivo no sentido da produção do corpo magro e saudável. Carmen Lúcia Soares mostra que, na escola contemporânea, a tomada de medidas é atualizada por meio de transformações científicas e tecnológicas, aliadas a uma preocupação crescente com a juventude, com a saúde e com a obesidade. Desse modo, os novos programas educacionais, que bem poderia-

mos denominar de *pedagogias do fitness*, dada a permeabilidade entre os discursos e as práticas escolares e não-escolarizados sobre a saúde, uma vez mais tomam as medidas corporais de crianças e de jovens no interior da escola. Uma vez definidos os novos parâmetros relativos à magreza e à saúde, o novo higienismo constitui a tônica dos programas escolares contra a obesidade infantil. Na escola, tomam-se agora medidas de cintura, abdome, coxas, peitoral, calcula-se o IMC e se realiza a equação sobre a circunferência abdominal, de maneira idêntica ao procedimento das academias de ginástica, dos consultórios médicos e das nutricionistas.

Os especialistas saem de seus consultórios, de seus gabinetes, de seus centros de pesquisa e partem rumo à instituição escolar em uma cruzada contra a obesidade na escola: o lema é *fechar o cerco* contra a gordura e contra a falta de atividade física. Aferições, exercícios, novas merendas e, sobretudo, um novo estilo de vida, magro e saudável, constituem o tema das novas *pedagogias do fitness* na escola. Desse modo, instrumentos de medida, velhos e novos, re-habitam e ressignificam o interior da instituição escolar, produzindo aquele que talvez seja o novo mau aluno, isto é, o aluno obeso. A obesidade será agora o novo lugar da indolência e da falta de caráter no interior da escola e todo um novo dispositivo biopolítico induzirá à produção de novos *governamentos* para os corpos de crianças e de jovens, em nome da saúde física e moral da população escolar.

Observam-se no interior da escola contemporânea novas formas de proporcionar a alimentação. O Programa Nacional de Alimentação Escolar, criado no ano de 1955 com a preocupação de nutrir uma população que poderia sucumbir em virtude da fome, passou a se preocupar na última década com o balanceamento calórico da merenda escolar, em razão da crescente identificação da obesidade nas escolas. As escolas, em conjunto com as administrações municipais, estaduais e federal, além de várias associações científicas, como a ABESO (Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade), a SBEM (Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia), a SBP (Sociedade Brasileira de Pediatria), o SISVAM (Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional de Curitiba/PR), o Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição da Universidade de Brasília, passaram a elaborar e aplicar programas para a erradicação da obesidade. Em 2003, o Observatório de Políticas e Alimentação Saudável da UNB criou o projeto *A escola promovendo hábitos alimentares saudáveis* e passou a atuar em escolas do Distrito Federal com um programa desenhado por nutricionistas daquela Universidade. Posteriormente, no ano de 2004, esse projeto produziu o *Programa Escola Saudável* com o apoio das associações médicas ABESO, SBEM e SBP, além do apoio do Ministério da Saúde, do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (ABESO, 2003). Esse programa, em particular, teve como objetivo sua expansão para todas as escolas brasileiras e, sobretudo, a elaboração de políticas públicas nacionais de alimentação nas escolas de todo o país. A avaliação realizada por especialistas foi a de que um programa de alimentação nas escolas incidiria transversalmente no

seu programa curricular, de maneira que as crianças seriam agentes transformadores dos hábitos alimentares da família e da comunidade. De acordo com o projeto, se o programa fosse bem aplicado nas escolas, obtendo a redução do peso dos alunos, essas ganhariam uma placa sinalizando tratar-se de uma *Escola Saudável*, título que teria a validade de um ano e estaria sujeito a nova avaliação do peso dos alunos (ABESO, 2004).

Nas cidades de Curitiba/PR, Florianópolis/SC e Rio de Janeiro/RJ surgiram leis que impedem a venda de produtos não-saudáveis nas cantinas das escolas, além de programas que modificaram por completo as relações alimentares, implicando a erradicação da presença de merendeiras e das pequenas cozinhas, tal como ocorreu na cidade de Curitiba/PR. No âmbito dos projetos de alimentação balanceada, essa cidade optou pela alimentação industrial, o que resultou em um contrato milionário com uma empresa que produz as refeições para todas as escolas do município<sup>6</sup>. Os cuidados com quantidade energética ou calórica das refeições servidas aos alunos são baseados em avaliações prévias realizadas, por meio de projetos, que aferiram e que distribuíram em uma escala biométrica o peso das crianças. Assim, a alimentação balanceada é individualizada e será distribuída aos alunos em caixinhas de cores distintas, diferenciando a alimentação entre as crianças *normais* e as *obesas*. Além da merenda, o programa alimentar oferece, dentro do horário das aulas, visitas guiadas às fazendas que produzem os alimentos que supostamente serão consumidos, completando o ciclo da saúde e da boa forma<sup>7</sup>.

Ademais, os novos postulados sobre o corpo saudável na escola visam a uma transformação de maior amplitude. Uma vez constatada a obesidade em crianças cada vez mais jovens no interior da instituição escolar, essas devem se converter em emissárias da boa forma, isto é, em multiplicadoras das boas maneiras à mesa ou do novo estilo de comer. Talvez se encontre aí a equação entre biopolítica como controle público da alimentação por meio da instituição escolar e as novas figuras do empreendedorismo neoliberal de si mesmo, centrado na produção de si como produção de um corpo magro em resposta às demandas do mercado. O que importa não é que a comida seja saborosa, mas que ela seja balanceada, pois essa é a exigência oriunda do novo universo biopolítico. Quando os especialistas projetam *fechar o cerco* contra a obesidade escolar, isso significa um conjunto de medidas que vão desde detecção do *mal* até a prática de exercícios físicos e a aquisição de novos hábitos alimentares em nome da saúde das crianças e de suas famílias, as quais também serão beneficiadas por esse novo saber-conversão, adquirido na escola por seus filhos. Assim, depois de convertida à boa forma, a criança irá também transformar os hábitos alimentares e de saúde de sua família, contribuindo desse modo para o aparecimento de uma população magra, ativa e saudável, empreendedora de si.

Todavia, tais medidas escolares provocam uma série de reações, que vão do desconforto em relação à balança ao choro como reação ao leve beliscar do adipômetro, além da vergonha por receber uma merenda *diferenciada*, pois aquilo que resulta dessa cruzada normalizadora é o antigo ato de classificação,

de nomeação e de evidência da criança anormal, isto é, a criança obesa. Nesta lógica, a nova anomalia escolar deixará de ser a criança indisciplinada, a qual, ademais, já pode ser farmacologicamente tratada e sedada, para recair sobre a criança obesa, que, renitente às novas investidas pedagógicas, será o próximo alvo da medicalização. Esse novo contingente de pessoas gordas e obesas, resistentes às políticas de saúde e à prática de exercícios, constituirá um peso econômico para o Estado, pois, segundo a lógica da saúde, certamente contrairá graves doenças em virtude da sua fraqueza de caráter, de seus defeitos de personalidade e debilidade da vontade. Por sua vez, esses novos *outros* possivelmente constituirão alvos legítimos da repulsa moral e do ostracismo social.

*Recebido em abril de 2009 e aprovados em maio de 2009.*

### Notas

<sup>1</sup> Ao debruçar-se sobre a idéia de governo na obra de Michel Foucault, Alfredo Veiga-Neto propôs a utilização do vocábulo *governamento* quando se tratar da “questão da ação ou ato de governar” (Veiga-Neto, 2002, p. 19). Segundo Veiga-Neto, é fundamental marcar a diferença entre *governo* e *governamento* para que se tenha noção da diferença proposta por Foucault entre aquilo que é a instância governamental e administrativa e a ação de governar: “Em suma: o que se está grafando como ‘práticas de governo’ não são ações assumidas ou executadas por um staff que ocupa uma posição central no Estado, mas são ações distribuídas microscopicamente pelo tecido social; por isso soa bem mais claro falarmos em ‘práticas de governo’” (Veiga-Neto, 2002, p.21).

<sup>2</sup> Para Alfredo Veiga-Neto, o conceito de *governamentalidade* “aponta para uma razão ou tática de governo, uma racionalidade governamental que descobre a economia e que faz da população seu principal objeto [...]” (2000, p. 181).

<sup>3</sup> Para a noção de “biopolítica informacional”, veja-se Fraga, 2006.

<sup>4</sup> Chamamos de *pedagogia do fitness* um conjunto recente de práticas e de discursos centrados na produção do corpo magro e da vida ativa por meio do incentivo à alimentação balanceada e aos exercícios físicos. Tais discursos e práticas, a despeito de originados fora do universo escolar, donde a referência genérica ao termo *fitness*, tornaram-se um importante foco de preocupação no interior da instituição escolar contemporânea, inspirando a elaboração de projetos e de políticas públicas centradas no combate à obesidade infantil.

<sup>5</sup> É importante ressaltar que, paradoxalmente, quando em 1930 iniciam-se as reformas educacionais capitaneadas pelo então ministro da educação e saúde, Francisco Campos, o ensino primário, palco de lutas políticas e epistemológicas, fica à margem dessa legislação. Entretanto, ao menos se estabeleceu a percepção de que a educação da infância era obrigatoriedade do Estado (César, 2004).

<sup>6</sup> A alimentação nas escolas municipais de Curitiba é fornecida por uma empresa local que oferece alimentação na escala industrial de 250 mil refeições por dia, incluindo as escolas e creches. São 130 mil merendas e lanches para 235 escolas do município.

<sup>7</sup> O Programa Escola Saudável da Secretaria Municipal de Educação de Curitiba possui um conjunto de medidas sobre a alimentação e conta com visitas dos alunos aos produtores de alimentos da região e também à empresa que fornece a alimentação nas escolas municipais.

### Referências

ABESO. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA OBESIDADE E DA SINDROME METABÓLICA. **Revista ABESO**. Edição n. 16, ano IV, 2003. Disponível em: <[http://www.abeso.org.br/revista/resvista16/projeto\\_escola.htm](http://www.abeso.org.br/revista/resvista16/projeto_escola.htm)>. Acesso em 25 jun. 2008.

ABESO. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA OBESIDADE E DA SINDROME METABÓLICA. **Revista ABESO**. Edição n. 20, ano IV, 2004. Disponível em: <[http://www.abeso.org.br/revista/resvista20/projeto\\_escola.htm](http://www.abeso.org.br/revista/resvista20/projeto_escola.htm)>. Acesso em 25 jun. de 2008.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. **Da escola disciplinar à pedagogia do controle**. Campinas: Programa de Pós-Graduação em Educação/UNICAMP, 2004. Tese (Doutorado em Educação).

CÉSAR, Maria Rita de Assis. **A invenção da adolescência no discurso psicopedagógico**. São Paulo: UNESP, 2008.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

DUSSEL, Inés; CARUSO, Marcelo. **A invenção da sala de aula: uma genealogia das formas de ensinar**. São Paulo: Moderna, 2003.

ESCOLANO, Agustín. Arquitetura como programa. Espaço-escola e currículo. In: VIÑAO-FRAGO, Antonio. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998. P. 21-57.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1984a.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade Vol. I: A vontade de saber**. 5ª. Edição Rio de Janeiro: Graal, 1984b.

FOUCAULT, Michel. **Dits et Écrits**. Volume III. Paris: Gallimard, 1994.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Sécurité, Territoire, Population**. Paris: Gallimard, 2004a.

FOUCAULT, Michel. **Naissance de la biopolitique**. Paris: Gallimard, 2004b.

FRAGA, Alex Branco. **Exercício da informação: governo dos corpos o mercado da vida ativa**. Campinas: Autores Associados, 2006.

NARODOWSKI, Mariano. **Después de clase**. Buenos Aires: Novedades Educativas, 1999.

NARODOWSKI, Mariano; BAEZ, Luján. La reconfiguración de los sistemas educativos: modos de salida del monopolio estatal. In: NARODOWSKI, Mariano; BRAILOVSKY, Daniel. **Dolor de escuela**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006. P. 33-47.

ORTEGA, Francisco. **O corpo incerto: corporeidade, tecnologias médicas e cultura contemporânea**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

PINEAU, Pablo. Por qué triunfo la escuela ? O La modernidad dijo: 'Esto es educación', y la escuela respondió: 'Yo me ocupo' In: PINEAU, Pablo; DUSSEL, Inés; CARUSO, Marcelo. **La escuela como máquina de educar**: tres escritos sobre un proyecto de la modernidad. Buenos Aires: Paidós, 2005. P. 27-52.

QUERRIEN, Anne. **Trabajos elementales sobre la escuela primaria**. Madrid: La Piqueta, 1994.

SOARES, Carmen Lúcia. Pedagogias do corpo: higiene, ginástica, esporte. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. P. 75-85.

VARELA, Julia. O estatuto do saber pedagógico. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **O sujeito da educação**: estudos foucaultianos. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995. P. 87-96.

VEIGA-NETO, Alfredo. As crianças ainda devem ir à escola? In: CANDAU, Vera Maria. (Org.). **Linguagens, espaços e tempos no ensinar e aprender**: Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. ENDIPE. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. P. 9-19.

VEIGA-NETO, Alfredo. Coisas de Governo... In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B. Lacerda; VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.). **Imagens de Foucault e Deleuze**: Ressonâncias nietzschianas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. P. 13-34.

Maria Rita de Assis César é Professora do Setor e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR. Doutora em Educação pela UNICAMP e pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero da UFPR.

E-mail: mritacesar@yahoo.com.br

André Duarte é Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFPR e pesquisador do CNPq.

E-mail: andremacedoduarte@yahoo.com.br